

Movimento: trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981)

Juliana Sartoriⁱ - PPG-UFSC

O semanário Movimento esteve em circulação de 1975 a 1981. Fundado por um grupo de jornalistas dissidentes de outro jornal da chamada imprensa alternativa, o semanário Opinião, Movimento aglutinou pessoas favoráveis ao fim da ditadura, através da formação de uma frente democrática. Possivelmente, reuniu pessoas com algum tipo de divergência política, mas unidas a favor da democracia. Neste artigo pretendo iniciar uma discussão que é parte de minha pesquisa de mestrado. Esta tem como seu objeto de estudo o jornal Movimento, entendendo-o, inicialmente, como um local de sociabilidade para a oposição durante o período de abertura política. A intenção é justamente perceber as divergências presentes neste grupo e não vê-lo como um grupo homogêneo - jornalistas de oposição – mas como uma parcela representativa desses grupos de oposição e assim das discussões que os cercavam. No entanto, primeiramente, gostaria de levantar a percepção do jornal a respeito dos movimentos sociais - daquele período – como uma maneira de detectar alguns de seus posicionamentos. Mas por que através dos movimentos sociais? Porque talvez através das expectativas criadas por eles e assim do entendimento do jornal a seu respeito, consiga chegar ao(s) projeto(s) defendido para o país naquele momento pelo semanário Movimento, e assim também em parte das discussões que perpassavam a esquerda. Num certo sentido, trata-se de abordar o jornal a partir de suas discussões políticas, e porque não, como um núcleo de discussões ‘tal qual’ um partido político.ⁱⁱ

A forte presença de reportagens sobre movimentos populares já havia sido constatada através de outras pesquisas. Maria Aparecida de Aquinoⁱⁱⁱ fez uma análise de suas matérias censuradas. Aquino trabalhou com a questão da censura prévia em Movimento e no jornal O Estado de São Paulo, através da comparação dos principais temas censurados em cada um. Dentre os principais temas presentes no semanário, segundo a autora, estavam as “Questões Sociais”.^{iv} Outra pesquisa que demonstrou o destaque dado a essa questão foi concluída em 1995, por Célia Costa Cardoso. Em

sua dissertação de mestrado, defendida na PUC-SP, Cardoso analisou as principais temáticas trabalhadas pelo jornal. Ela dá destaque aos movimentos sociais, entre eles, ao Movimento Custo de Vida.^v Cardoso conseguiu assim produzir uma indexação das reportagens por assunto, o que constitui o segundo volume de sua dissertação. Portanto, este é o início de uma discussão que estará presente em minha pesquisa, o que pode acabar servindo mais para levantar questões a serem aprofundadas posteriormente.

A partir de uma análise mais geral a respeito dos movimentos sociais abordados no jornal foi possível destacar aqueles que apareciam com mais frequência ou recebiam algum tipo de destaque. Pude perceber que essa temática começou a aparecer com frequência a partir de 1977, através de críticas às condições de trabalho, por exemplo. Em 1976, os direitos trabalhistas estão em pauta assim como o sindicato passa a ser assunto, questionando-se sua ligação com o governo, e, portanto a sua representatividade. Algumas campanhas salariais já aparecem e as primeiras ameaças de greve. É possível constatar também, através de pequena notas, que alguns bairros paulistanos começavam a organizar grupos e buscar representatividade. Em 1978, o espaço para as manifestações cresce significativamente, obviamente porque essas crescem. O registro do primeiro de maio já dava sinais de uma rearticulação dos trabalhadores no ABC. As greves começam a ser retratadas em suas páginas, não apenas a dos metalúrgicos, como também dos médicos do Hospital das Clínicas (SP), professores, bancários. Em 12 de maio de 1978, a Scania paralisou suas atividades, três dias depois foi seguida pela Ford, e assim pela Mercedes e Volkswagen. Em uma semana a paralisação chegava a Santo André e posteriormente a cidade de São Paulo. Num período de quatro meses atingia-se o total de 235 mil trabalhadores parados.^{vi} Aparece com destaque a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com o afastamento de seu presidente, Luis Inácio da Silva; a imprensa fez greve e a União Nacional dos Estudantes (UNE) se rearticula. Em 1980, as lutas no campo ganham mais

repercussão, assim como os estudantes, e o ABC ainda era notícia. As greves definitivamente eram notícia constante.

Inicialmente, é possível destacar o espaço reservado no jornal para a cobertura das greves no ABC paulista, através de uma análise que passa por mudanças e projeta expectativas sobre as mobilizações desses metalúrgicos. Primeiramente, vieram algumas críticas, sugerindo que as reivindicações salariais estivessem atreladas às reivindicações políticas. Essa era uma limitação apontada pelo jornal à greve do ABC, vista com alguma cautela: *“De outra parte, o elenco de reivindicações apresentadas pelos grevistas embora se situe quase que exclusivamente no terreno econômico, denuncia as péssimas condições de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos.”*^{vii} Apesar de a greve ser vista como principalmente econômica, não deixaram de reconhecer questões importantes que o movimento abordava: *“(...) é preciso reconhecer que esta organização e movimentação ainda é incipiente e que, apesar de os sindicatos e demais movimentos dos trabalhadores já colocarem certas reivindicações de caráter político ao lado das reivindicações econômicas (...) pode-se dizer que o nível de consciência entre os trabalhadores e de organização ainda é baixo.”*^{viii} A mesma crítica estava voltada à postura do líder sindical Luís Inácio da Silva, que colocava a luta econômica acima da luta política, separando os trabalhadores dos estudantes e da Igreja. A luta pela democracia não seria a principal causa dos metalúrgicos e aí, residia uma outra crítica, por parte do jornal:

“As respostas mais polêmicas de Lula foram aquelas em que ele, como sempre fez, expôs seu pensamento economicista colocando a luta econômica acima da luta política e os momentos em que defendeu o isolamento da classe operária (...). Um terceiro ponto da entrevista também causaria polêmica (...). Foi nítida a alteração da posição de Lula. Em entrevistas anteriores ele desprezava completamente a luta dos trabalhadores pela democracia, falando da ‘política’ com tom de repúdio.”^{ix}

A greve era vista como um instrumento eficaz de reivindicação e seu uso era valorizado, além de uma visão idealizada do papel do trabalhador: *“(...) a greve revelou-se, mais uma vez como um instrumento eficaz de conquista dos aumentos negados pelo governo e pelas empresas. De fato, os trabalhadores seguiram mais uma vez o seu caminho histórico resolvendo eles próprios os seus problemas.”*^x Por

terem um papel “histórico” – o proletariado - assumem posteriormente que a sua luta era ‘chave’ para as mudanças das condições políticas e materiais da sociedade e talvez por isso, já tivessem um “modelo” de como esta deveria se desenvolver: “(...) é cada vez maior o número de operários conscientes de que só com a participação ativa e organizada dos operários se conseguirá para o proletariado e outras camadas populares as melhorias nas condições políticas e materiais de vida.”^{xii} A greve deixava de ser entendida apenas como econômica : “Cresce entre as lideranças operárias a convicção de que os trabalhadores devem condenar as reformas e fazer ampla propaganda da Constituinte, para serem tirados do estreito círculo do economicismo – das reivindicações que são justas mas não vão além do esgoto da porta da fábrica ou do esgoto ou calçamento dos bairros pobres.”^{xiii} O que chama a atenção, é a insistência em dar sentido à greve a partir daquilo que é definido como fundamental a ser reivindicado pela equipe jornal. As questões tidas como banais (calçamento, esgoto, etc.) não representavam as necessidades dos integrantes do jornal (provavelmente esses problemas não os atingiam) daí as tratarem como questões “pequenas”, pois não eram “necessárias” a eles.

A questão das comissões de fábrica era tema recorrente nas análises das greves e pareciam ser importantes para se estabelecer uma “qualidade” na consciência operária:

“As comissões de fábrica e os comitês e entidades de trabalhadores nos bairros operários podem constituir-se numa contribuição imediata importante tanto para superar o regime de arbítrio atual, como para ajudar na construção de uma democracia nova. A democracia que interessa aos operários não cairá do céu por milagre (...). Ela deve ir sendo construída no dia-a-dia (...). De que maneira os operários aprenderão a democracia se não passo-a-passo e através de sua própria experiência!”^{xiii}

Falava-se da tomada de consciência do trabalhador e de seu papel: “A greve une e infunde nos operários uma grande força moral. (...) ela ensina a lutar contra o governo autocrático e policial. E, na medida em que as decisões do regime policial são desmoralizadas por suas assembléias os operários vão assumindo na prática a posição de vanguarda no movimento pela democracia.”^{xiv} As greves seriam uma

forma de fortalecimento para a volta à democracia e por isso não deveriam ser “abandonadas”: “Se os trabalhadores quiserem melhorar efetivamente suas condições de vida e de trabalho e conquistar uma verdadeira democracia, terão que preservar as paralisações.”^{xv}

Cabe também dar destaque ao Movimento Custo de Vida, surgido em 1973, formado principalmente por donas-de-casa que protestavam contra o alto custo dos gêneros alimentícios e os baixos salários. Em 1977 passa a ser chamado de Movimento Contra a Carestia (MCC). Mesmo sendo menos noticiado, sua importância era reconhecida, mas sua atuação questionada:

“E agora são os próprios trabalhadores que estão retomando o problema em suas mãos, o que é muito animador não só para o verdadeiro combate à carestia, mas também para a luta por um regime democrático novo baseado na participação popular. (...) Por esses motivos, nenhuma corrente popular, de nenhum setor democrático pode deixar de saudar com entusiasmo o Movimento Custo de Vida.”^{xvi}

O MCC primeiramente, não era entendido como restrito apenas às questões econômicas, mesmo assim, nessa situação isso não significaria um problema:

“Outra crítica, partida dos mesmos setores (oposição liberal-burguesa), é que o Movimento deveria incluir em seu programa imediatamente além de objetivos econômicos, objetivos políticos. É claro que trabalhadores precisam mobilizar-se e organizar-se não só em torno de suas reivindicações econômicas (...) O nível atual de consciência e de organização das camadas populares e a correlação de forças políticas já permitem fundir todos os movimentos populares num só com um programa abrangente?”

Portanto, o que servia de crítica ao início das greves do ABC aqui era visto com mais cautela e a pergunta seguinte sugere um porquê: *“Ou os setores conscientes e organizados são ainda bem restritos e a tarefa principal no momento é ainda a de incorporar, através de bandeiras amplas e específicas, novos setores populares aos movimentos?”* Talvez esse papel fosse esperado dos operários e ao MCC apenas cabia o papel de mobilizar mais setores da sociedade. O MCC foi reconhecido como importante mais pelo seu potencial de mobilização: *“(...) Donas-de-casa, operários, jovens estudantes, juntos, discutindo, buscando compreender as causas e encontrar os remédios para a situação difícil (...) esse parece ser o resultado realmente positivo da mobilização do MCC.”*^{xvii} Algumas críticas eram feitas a respeito da dinâmica do MCC, a qual poderia intervir em seu desempenho: *“Outra dificuldade que o movimento*

enfrenta vem da sua própria dinâmica de trabalho – discutir e rediscutir, com todos os moradores, tudo o que chega ou sai da coordenação, para que as propostas sejam sempre de decisão popular.^{”xviii} Em entrevista com uma liderança do MCC questionava-se o porquê dos sindicalistas não se pronunciarem como integrantes desse movimento:

“Embora o entusiasmo seja o mesmo de antes, o fato é que nos últimos 2 anos o MCC, ao menos aos olhos públicos, não se apresentou com a mesma força de antigamente. De outro lado, sindicalistas autênticos não aderiram ainda à proposta, setores da Igreja já não vêem o MCC com o mesmo entusiasmo de antigamente e externamente o MCC vê-se sob a suspeita de certos setores da oposição de ser um movimento estreito politicamente.”^{”xix}

Posteriormente apareceram críticas quanto a efetividade do MCC, as mesmas presentes no início das greves, devido à ausência de reivindicações políticas. O jornal limitava-se a uma visão, de certa forma, superficial de ambos os movimentos, que não permitia adentrar a sua(s) “lógica(s)” e as acabava omitindo, talvez em decorrência da proximidade temporal ou pela dinâmica da produção jornalística. Assim a questão política acabava sendo mais esperada das greves dos metalúrgicos, por ser uma organização “claramente” de classe e por isso devesse conter um projeto político, diferente de uma organização de bairro. Mas estudos posteriores deram conta de perceber mais a fundo a “lógica” desses movimentos:

“O discurso da ação não verbaliza propostas políticas, no entanto elas existem, não propõem alvos claros contra os quais se desenvolve o combate, porém eles não estão ausentes de organização e portanto intenções não previstas. Por isso, fazemos nossas as palavras de Lefort: ‘O proletariado é a sua própria teoria.’”^{”xx}

Talvez seja um resquício do entendimento que a esquerda, mesmo com suas divergências, fazia da classe trabalhadora, quase como um modelo. E sua função de vanguarda acaba se revelando quando lhe entregam “um papel” a ser cumprido, e quando sua ação não demonstra os indícios esperados, talvez a reação seja indicar-lhes o caminho. É provável que a própria condição daqueles que analisavam esses movimentos, não permitisse enxergá-los de forma diferente: “(...) todos imaginavam-se depositários da ‘missão’ histórica de ‘vanguardear’ a classe operária ou as ‘massas populares’”^{”xxi}.

Com a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1979, o movimento estudantil voltava a ser notícia. E era com expectativa que se aguardava essa retomada das lutas da UNE: “(..) *O mais importante a ressaltar, porém, é que a UNE foi reconstituída e que isso constitui um dos fatos políticos mais importantes do ano, abrindo inclusive perspectivas para que outros setores também se organizem a nível nacional.*”^{xxii} A organização era vista como importante para a conjuntura nacional e parecia ter credibilidade: “*E neste semestre, há menos de seis meses da eleição de sua primeira diretoria a UNE retorna na prática sua velha e mais importante tradição, a das lutas nacionais.*”^{xxiii} Diferente dos demais movimentos citados, este não parecia oferecer grandes problemas, tais com a ausência de luta política.

O crescimento dos movimentos populares era apontado como responsável pela desenvoltura atual do regime - as mudanças promovidas ou prometidas – e reforçavam sua importância: “(..) *o crescimento do movimento popular é o responsável principal pelas características positivas que a conjuntura política do país vem adquirindo mais recentemente(...).*”^{xxiv} Esse momento se tornava importante também, pois era uma maneira de se unir forças, constituindo assim uma frente democrática: “Combinando de forma mais ágil as lutas econômicas dos trabalhadores com as lutas políticas de todas as correntes oposicionistas por objetivos democráticos comuns, é que será possível fortalecer mais rapidamente a frente democrática e popular (...).”^{xxv} A democracia era vista como uma necessidade fundamental inclusive para viabilizar as reivindicações da classe operária:

“Nenhuma classe de nossa sociedade precisa mas da democracia do que a classe operária. Dizer que a classe operária só precisa de aumento salarial, do direito de greve, (...) é não compreender que para resolver todos esses problemas até o fim, a classe operária precisa acima de tudo da democracia em que ela seja a força decisiva.”^{xxvi}

Logo, esses movimentos não deveriam se isolar dos demais, pois a frente democrática quando desprezada, no entendimento do semanário, representava um empecilho para o aprofundamento do movimento popular: “*A política de frente ampla decorre de um baixo nível de consciência política das massas: nessa situação, só uma*

política muito ampla, que procure aceitar as massas nos diversos níveis de consciência política em que elas se encontram, consegue mobiliza-los e atrair o maior número possível para a luta política.” E o exemplo recai sobre o MCC que teria bandeiras muito amplas e mínimas^{xxvii}, trazendo assim diversas pessoas, superando suas possíveis divergências por um propósito em comum.

Ao analisar uma amostra dos movimentos sociais destacados pelo jornal, pude perceber parte de suas ambições para aquele momento de abertura política, através da importância atribuída a esses movimentos. Estes eram vistos como fundamentais para a implantação da democracia, ainda mais quando conduzidos pela classe operária, entendidos como os potenciais transformadores da sociedade. Com as críticas e sugestões dirigidas a eles foi possível definir um perfil inicial do jornal. Porém, como aqui não pretendo tratar Movimento como um grupo homogêneo, o próximo passo seja averiguar se essas idéias eram um consenso dentro do jornal.

ⁱ Aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura. Bolsista Capes.

ⁱⁱ “Será necessária a ação política (no sentido estrito) para que possa se falar de ‘partido político’? Observa-se que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram (...) em frações que assumiram o nome de ‘partido’ e inclusive, de partido independente. Por isso muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecidas como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais) (...) são também eles ‘partidos’ ou funções de um determinado ‘partido’.”(GRAMSCI,A.Maquiavel, a política e o Estado Moderno.Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989. p.23)

ⁱⁱⁱ AQUINO,M.A. Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999.

^{iv} Que para ela abrangiam “as condições de vida e de trabalho das camadas populares em seu dia-a-dia. Além da cobertura dos chamados eventos de política nacional, como eleições, debates em Congressos, Assembléias Legislativas, Câmaras (...) movimentos de oposição institucionalizada (sindicatos e partidos), relações exteriores com outras instituições (...)”. (p.174)

^v CARDOSO,C.C. Movimento: um jornal alternativo. (1975-1981). Dissertação de mestrado.PUC-SP, 1995.p.78.

^{vi} ABRAMO,L.W. O Resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas,SP: Ed. Unicamp; São Paulo,SP: Imprensa Oficial, 1999.p.209

^{vii} Movimento, Nº155,19/06/78,p.08. “E os operários não estavam parados?”

^{viii} Movimento, Nº 148, p.05. “O fim do medo e do silêncio” – Roldão Oliveira

^{ix} Movimento, Nº152, 29/05/78, p.09. “As polêmicas de Lula”.

^x Movimento, Nº154, 12/06/78,p.05. “ Os operários, a oposição e a política.” – Roberto Suzedelo.

^{xi} Movimento, Nº156, 26/06/78,p.08. “Quatro razões para as greves”. R.P.

^{xii} Movimento, Nº165, 11/09/78,p.05.

^{xiii} Movimento, Nº159,17/07/78,p.14. “Democracia e grande indústria”.

^{xiv} Movimento, Nº194, 19 a 25/03/79,p.06. “ Os operários tomam a dianteira.”

^{xv} Movimento, Nº202, 14 a 20/05/79,p.06. “Greves demais ou democracia de menos.” Alfredo Pereira.

^{xvi} Movimento, Nº , 40/04/78,p.08. “Coluna do Editor – Um programa popular contra a carestia.”

^{xvii} Movimento, Nº141, 13/03/78,p.03. “ O abaixo-assinado gigante.” Murilo Carvalho e Paulo Barbosa.

^{xviii} Movimento, Nº136,05/02/78,p.06. “O povo contra o custo de vida.” Licínio Azevedo.

^{xix} Movimento, Nº269, 25 a 31/08/80,p.15. “ Ana Maria do MCC rebate as críticas e se defende: ‘Nosso movimento é amplo.’”

^{xx} MARONI,A.A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78. São Paulo: Ed. Brasiliense,1982.p.19.

^{xxi} FILHO REIS,D.A. A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense,1990.p.52.

^{xxii} Movimento, Nº205, 04 a 10/06/79,p.12. “ Um grande passo à frente.”

^{xxiii} Movimento, Nº247, 24 a 30/03/80,p.09. “ Atos, passeatas, greves. É o movimento estudantil.”

^{xxiv} Movimento, Nº166,04/09/78,p.08. “ A maré da oposição popular” . Raimundo Pereira.

^{xxv} Movimento, Nº203,21 a 27/05/79,p.06. “ Das greves à constituinte.” Alfredo Pereira. Matéria sobre greve dos funcionários públicos do Estado de São Paulo

^{xxvi} Movimento, Nº ,16 a 22/07/79,p.10. “Do PT ao MDB.” Duarte Pacheco Pereira

^{xxvii} Ibid.